



DOSSIÊ: POPULAÇÃO, MOBILIDADE E ARRANJOS ESPACIAIS NO CENSO DE 2010

MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

Nelson Ari Cardoso

Sociólogo, pesquisador do IPARDES
E-mail: nelsoncardoso@ipardes.pr.gov.br

Rosa Moura

Geógrafa, pesquisadora do IPARDES
E-mail: rosamoura@ipardes.pr.gov.br

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Engenheiro agrônomo, pesquisador do IPARDES
E-mail: anaelcintra@ipardes.pr.gov.br

Resumo: O presente texto, a partir dos dados divulgados pelo Censo Demográfico de 2010, apresenta uma análise da migração internacional registrada no Brasil e dos deslocamentos pendulares dos brasileiros em direção ao exterior, para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência. Tem como foco privilegiado da abordagem a mobilidade humana presente na região da Faixa de Fronteira do Brasil. Seu principal propósito é compartilhar os primeiros resultados produzidos pela equipe do IPARDES, responsável no Paraná pelo desenvolvimento do Projeto “Mercosul e Regiões de Fronteira” (convênio IPEA/IPARDES).

Palavras-chave: Migração internacional. Movimento pendular. Aglomeração transfronteiriça. Faixa de fronteira. MERCOSUL.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi escrito a partir de leituras, investigações e pesquisa de dados secundários realizadas como parte do Plano de Trabalho do Projeto “Mercosul e Regiões de Fronteira”. Fruto de um acordo de cooperação técnica entre o IPARDES e o IPEA, no âmbito do PROREDES (Programa de Apoio a Redes de Pesquisa), tal projeto tem por objetivo avaliar os impactos sobre as regiões de fronteira decorrentes do processo de integração regional no Mercosul, bem como das particularidades destas regiões e das medidas de governo que as têm como objeto, de forma a contribuir com a formulação de políticas públicas de integração e articulação destes espaços. O projeto volta-se também a avaliar a qualidade das políticas públicas que têm sido direcionadas para estes espaços, identificando oportunidades para seu aperfeiçoamento.

Além de atividades comuns, coube à equipe do IPARDES organizar e analisar a base de dados referentes à migração internacional. Adicionalmente, por se tratar de espaços que incluem aglomerações urbanas, a equipe agregou a essa base informações sobre os deslocamentos pendulares dos brasileiros em direção ao exterior, para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência.

No Censo Demográfico de 2010, pela primeira vez o IBGE investigou a migração internacional no universo da pesquisa, o que permitiu maior agilidade em incorporar à base de dados do projeto informações sobre a origem e o destino dos migrantes – informação esta disponível para todos os municípios brasileiros.

Esses dados, associados aos estudos temáticos que cabem aos demais integrantes da rede¹, visam identificar modelos de sucesso e de fracasso de políticas públicas para regiões de fronteira (infraestrutura, saúde, educação, trabalho, entre outros); prospectar possíveis espaços para a ampliação da cooperação social e econômica entre regiões situadas em faixas de fronteira; e, assim, fornecer subsídios e indicativos para a elaboração de políticas públicas que permitam associar atores locais das regiões de fronteira com outros entes federativos, e, num horizonte não distante, com os países e povos fronteiriços, buscando uma efetiva interação com nossos vizinhos, pares e interlocutores, que seja pautada não apenas na integração econômica e/ou nas relações diplomáticas entre os governos centrais.

A faixa de fronteira, dotada de complexidade e peculiaridades que a tornam especial em relação ao restante do País, corresponde a aproximadamente 27% do território nacional, com 15.719 km de extensão, cerca de 10 milhões de habitantes de 11 estados brasileiros e é lindeira a 10 países da América do Sul (BRASIL, 2005). São municípios lindeiros e não lindeiros, em função da posição geográfica (figura 1). As informações sobre as migrações internacionais apontam fluxos significativos nessa região em relação aos países vizinhos.

¹ Cabem aos outros integrantes da rede: levantar os fluxos de passageiros e cargas que circulam nas regiões de fronteira; levantar e mapear os projetos de infraestrutura e investimento produtivo em desenvolvimento e/ou previstos nas regiões de fronteira estudadas; verificar como a expansão da infraestrutura e a intensificação das relações de troca podem redefinir a divisão regional do trabalho em regiões de fronteira; avaliar a eficácia das políticas e medidas de controle fronteiriço voltadas para o setor sanitário, fluxo de comércio, entrada de armas e drogas e outras práticas criminosas; discutir o papel dos assentamentos rurais implantados na zona de fronteira no contexto da ampliação das relações fronteiriças entre países vizinhos.

FIGURA 1 - FAIXA DE FRONTEIRA - MUNICÍPIOS POR REGIÃO/UNIDADE DA FEDERAÇÃO - BRASIL - 2010

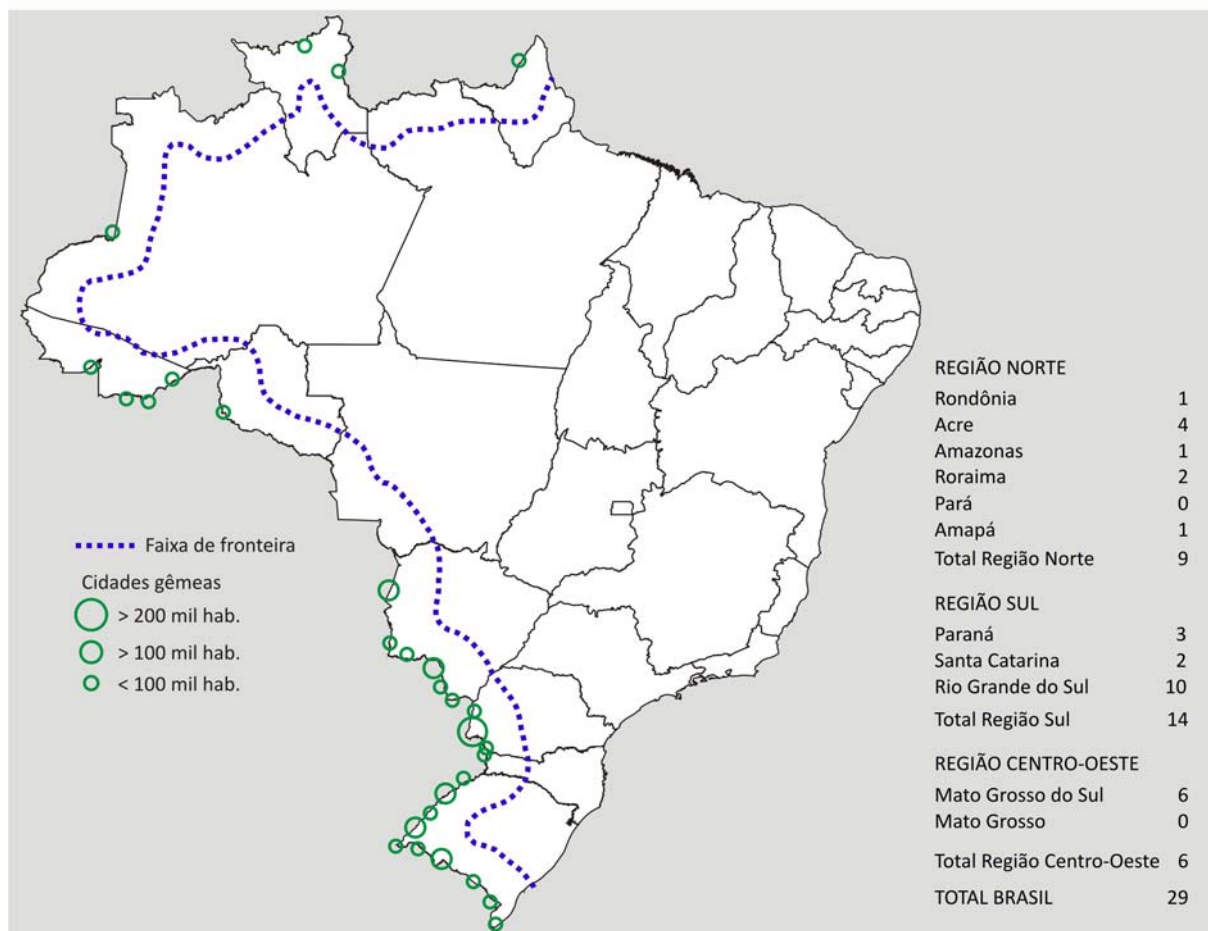


FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2010; BRASIL (2005);
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

Os municípios limieiros, ou seja, os situados na linha de fronteira, em muitos casos configuram ocupações em forma de aglomerações transfronteiriças – também chamadas cidades gêmeas, cidades-pares, entre outras (figura 2). São centros e povoados que configuram uma única aglomeração que se estende de um ao outro lado da fronteira. O mais importante em relação a eles é que não se observa “apenas um entrelaçamento entre os traçados urbanos das duas cidades; há, sobretudo, uma imbricação da história e da vida das pessoas nestas cidades” (OLIVEIRA, 2010, p.6). As populações dessas aglomerações, como demonstram os dados, vivem em intensa mobilidade pendular.

Consideradas essas particularidades, com o objetivo de compartilhar os primeiros resultados produzidos pela equipe, o presente texto sumariza as análises sobre migração internacional e movimento pendular da população, registrados pelo Censo Demográfico de 2010.

FIGURA 2 - CIDADES GÊMEAS NA FAIXA DE FRONTEIRA - BRASIL - 2010



FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2010; BRASIL (2005);
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

1 MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

As informações sobre emigrações internacionais utilizadas neste relatório fazem parte dos dados do Censo Demográfico, portanto não são comparáveis com outras informações sobre migrações (data fixa ou última etapa). Algumas tabulações avançadas poderiam ser realizadas, mas dependem de acesso futuro ao Banco Multidimensional de Estatística (BME) do IBGE. Em função do cronograma do trabalho, optou-se por organizar e analisar as informações do universo, mesmo sob limitações. Pelos mesmos motivos, as informações sobre imigração internacional também sofrem limitações de comparabilidade. Nesse caso, foram consideradas informações de data fixa, ou seja, que respondem à pergunta sobre onde a pessoa estava em 31 de julho de 2005.

1.1 EMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Com relação à emigração internacional, o Censo Demográfico de 2010 considerou um universo de 5.156 municípios, nos quais foram registrados 491.645 emigrantes internacionais, em 193 países do mundo. Pela primeira vez o IBGE investiga a informação sobre emigração internacional no universo da pesquisa, que permite detectar a origem, o destino e o perfil etário e por sexo dos emigrantes. Sobre esses aspectos, destaca-se que a maioria era composta por mulheres (53,8%) e que 60% dos emigrantes tinham entre 20 e 34 anos de idade, como informa o IBGE (2011).

Entre as UFs brasileiras, São Paulo era a principal origem dos emigrantes (aproximadamente 106 mil pessoas ou 21,6% do total), seguido por Minas Gerais (82.749 pessoas ou 16,8%). Goiás foi o estado de origem da maior proporção de emigrantes (5,92 pessoas para cada mil habitantes), seguido de Rondônia (4,98 por mil), Espírito Santo (4,71 por mil) e Paraná (4,39 por mil). Alguns municípios de maior porte concentram elevados números de pessoas que emigraram, caso de São Paulo, com 36 mil (ou 7,3% do total dos emigrantes internacionais em 2010), Rio de Janeiro, com 20,3 mil (4,1%), Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, todos com mais de 10 mil (na faixa dos 2%). Com a intenção de observar o comportamento geral dos municípios brasileiros, optou-se por analisar a participação do município no total dos emigrantes internacionais. Apenas os já relacionados, juntamente com Governador Valadares, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Londrina, participam com mais de 1% do total dos emigrantes internacionais. Somam uma participação de 29,5%, correspondente a 144.949 emigrantes (tabela 1).

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E EMIGRANTES INTERNACIONAIS, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS EMIGRANTES INTERNACIONAIS - BRASIL - 2010

PARTICIPAÇÃO %	MUNICÍPIOS	EMIGRANTES	% CLASSE DE EMIGRANTES NO TOTAL
>= 1,00	12	144.949	29,48
>= 0,100 a < 1,00	133	162.125	32,98
>= 0,010 a < 0,100	989	137.850	28,04
>= 0,001 a < 0,010	3.185	45.477	9,25
0	837	1.244	0,25
TOTAL BRASIL	5.156	491.645	100,00

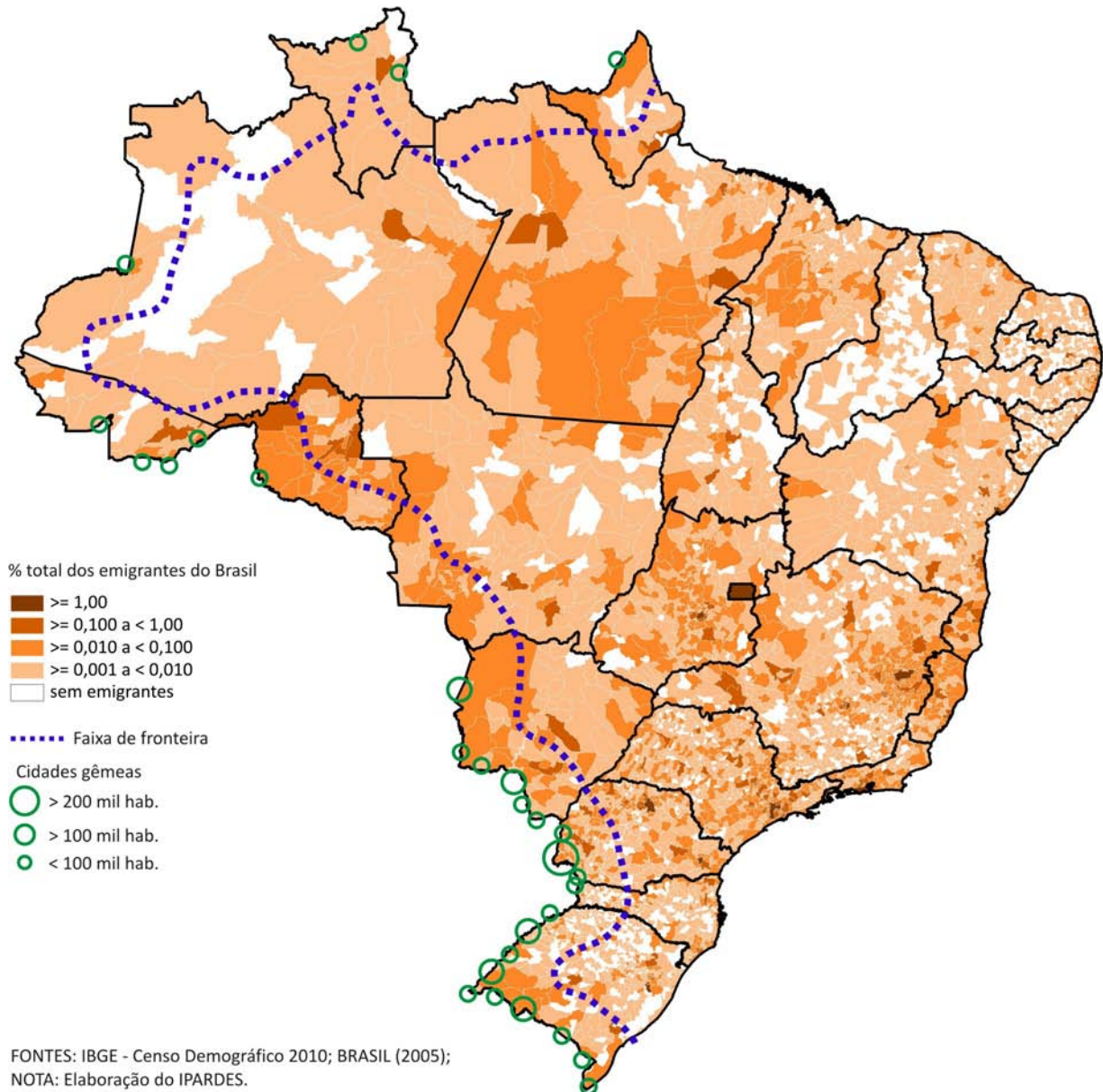
FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados do universo)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

A classe 0 corresponde a municípios com apenas 1 ou 2 emigrantes, o que corresponde a fração inferior a 0,001%.

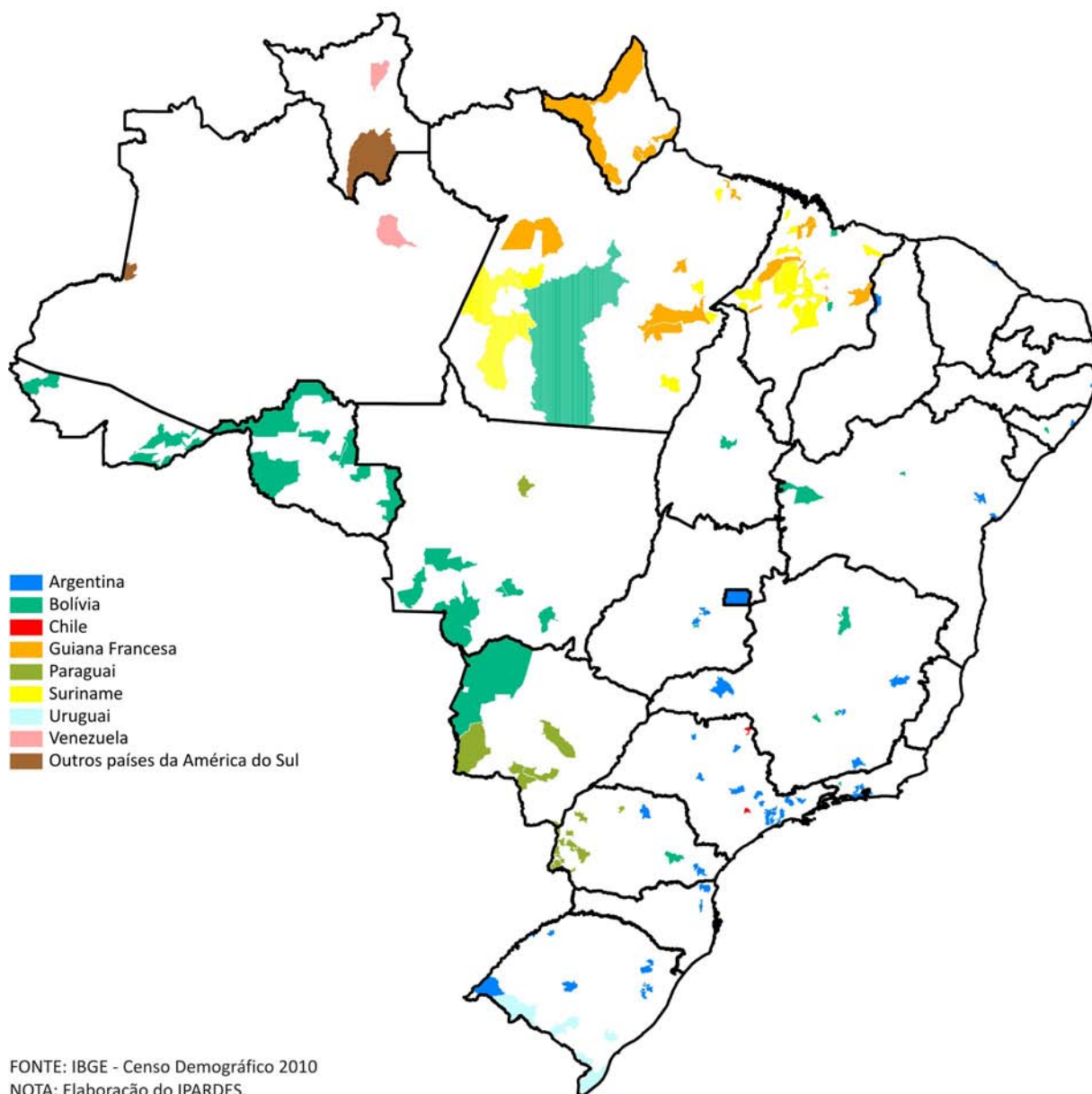
Dos demais emigrantes, 162.125 residem em 133 municípios com participação entre 0,100% e 1%, municípios estes bastante populosos. Observa-se que há muitos municípios na faixa de fronteira com participação acima de 0,010% no total dos emigrantes (figura 3). Anota-se que estes municípios estão entre aqueles com as maiores participações de emigrantes para a América Latina sobre o total dos emigrantes.

FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES INTERNACIONAIS - BRASIL - 2010



O conjunto dos municípios com participação superior a 0,100% foi considerado o de maior relevância pelos volumes que movimenta. Sobre ele foram analisados e mapeados os principais destinos, especificamente os sul-americanos (figura 4).

FIGURA 4 - FLUXO PRINCIPAL PARA A AMÉRICA DO SUL - MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 0,100% NO TOTAL DA EMIGRAÇÃO - BRASIL - 2010



Do total de emigrantes, 51,4% destina-se a países da Europa, 26,4% aos da América do Norte, 8,9% aos da África e 7,9% aos da América do Sul (tabela 2).

TABELA 2 - DESTINO DOS EMIGRANTES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL - BRASIL - 2010

DESTINO	EMIGRANTES	% TOTAL DE EMIGRANTES
África	8.286	1,69
América Central	3.199	0,65
América do Norte	129.940	26,43
América do Sul	38.890	7,91
América Latina	44.475	9,05
Ásia	43.912	8,93
Europa	252.892	51,44
Oceania	13.880	2,82
Sem declaração	646	0,13
TOTAL	491.645	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados do universo)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Na América do Sul, os principais destinos são Argentina (22,2%), Bolívia (20,4%) e Paraguai (12,7%) – tabela 3.

TABELA 3 - DESTINO DOS EMIGRANTES AOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL - BRASIL - 2010

DESTINO	EMIGRANTES	% TOTAL DE EMIGRANTES
Argentina	8.631	22,19
Bolívia	7.919	20,36
Paraguai	4.926	12,67
Guiana Francesa	3.822	9,83
Outros países da América do Sul	3.643	9,37
Suriname	3.416	8,78
Chile	2.533	6,51
Venezuela	2.297	5,91
Uruguai	1.703	4,38
América do Sul	38.890	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados do universo)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As emigrações para a América do Sul apontam para um perfil que, em termos de volumes, concentra-se em centros de maior porte, principalmente nas UFs São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outras. Poucos são os municípios fronteiriços que concentram volumes elevados de emigrantes, destacando-se entre eles Foz do Iguaçu, além de capitais dos estados do Norte, casos de Boa Vista, Rio Branco e Macapá. Nos centros e capitais de UFs fronteiriças os destinos principais são os países limítrofes. Tal movimento sugere uma emigração de contato, de transposição, e que nem sempre é realizada por brasileiros, podendo corresponder a estrangeiros em retorno.

Internamente, muitos municípios têm na emigração para países sul-americanos mais de 75% do total dos emigrantes, o que é observado em 239 municípios de onde partem 11,7% dos emigrantes com destino a países desse continente (tabela 4). Partem de municípios majoritariamente de menor porte, em UFs fronteiriças (ver figura 3). Compõem-se de fluxos com pequenos volumes, sendo que em 159 municípios não atingem uma dezena. Os maiores volumes partem de municípios do Norte, assim como do Maranhão, com destaque a Boa Vista, de onde saem 972 pessoas, 82,5% destinadas a países da América do Sul.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DA EMIGRAÇÃO PARA A AMÉRICA DO SUL NO TOTAL DOS EMIGRANTES - BRASIL -2010

CLASSE DE PARTICIPAÇÃO %	MUNICÍPIOS	% TOTAL DE MUNICÍPIOS	EMIGRANTES PARA A AMÉRICA DO SUL	% TOTAL AMÉRICA DO SUL/TOTAL DE EMIGRANTES
>= 75	239	4,64	4.542	11,68
>= 50 A < 75	312	6,05	5.559	14,29
>= 25 A < 50	544	10,55	5.385	13,85
< 25	1.940	37,63	23.404	60,18
Sem emig. p/a América do Sul	2.121	41,14	0	0,00
TOTAL	5.156	100,00	38.890	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados do universo)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Também nessas localizações encontram-se municípios com participações menores, porém não menos significativas, caso dos 856 municípios com proporções entre 25% e 75%, e que concentram 28,1% dos emigrantes para a América do Sul. A maior parte dos emigrantes para a América do Sul (60,2%) provém de centros de médio e maior porte, distribuídos pelo território nacional, mas com grande participação de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, todos com fluxos superiores a 10 mil pessoas, que juntos respondem por 25,2% dos emigrantes para a América do Sul.

1.2 IMIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Para o IBGE, a crise financeira internacional, com início em 2008, e o desempenho positivo da economia do Brasil foram os grandes atrativos à imigração de estrangeiros ao País e influenciaram o retorno de brasileiros que moravam no exterior. Em 2010, pelo critério de data fixa, 268,3 mil “imigrantes internacionais” (independentemente de serem nacionais ou estrangeiros) que tinham passado os últimos cinco anos fora do País migram para o Brasil. Houve crescimento de 86,7% em relação aos mesmos dados de 2000, quando o total desses imigrantes foi de 143,6 mil, como informa o IBGE. O IBGE também aponta nesse movimento uma elevação da imigração de retorno ao País, dado que os brasileiros representam o dobro do retorno identificado na pesquisa anterior (87,9 mil) (IBGE, 2012). Entre os que chegaram ao País em 2010, os brasileiros correspondem a 65,7% (176,2 mil pessoas); 29% eram estrangeiros e 5,4% naturalizados brasileiros. Sua distribuição entre os municípios correspondia a 12,5% na faixa de fronteira; 21,2% entre municípios fora da faixa, mas em UFs fronteiriças; e 66,3% nos demais municípios do País.

Observada a localização em relação à fronteira, os imigrantes internacionais se diferenciam segundo condição de naturalidade. Nas aglomerações transfronteiriças (cidades gêmeas, cidades pares) predominam os estrangeiros (50,5%) sobre o total dos imigrantes (tabela 5). Entre os demais municípios da faixa e da linha de fronteira, a distribuição se aproxima da distribuição do total do País, ou seja, mais de 60% são brasileiros natos.

TABELA 5 - IMIGRANTES DATA FIXA POR LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÃO DE NATURALIDADE - BRASIL - 2010

IMIGRANTES	BRASILEIRO NATO	NATURALIZADO BRASILEIRO	ESTRANGEIRO	TOTAL
Aglomeração transfronteiriça	40,47	9,05	50,48	100,00
Linha de fronteira	61,87	9,81	28,32	100,00
Faixa de fronteira	68,51	8,24	23,25	100,00
Outros municípios das UFs fronteiriças	74,40	5,20	20,40	100,00
Outras UFs não fronteiriças	64,50	4,77	30,73	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados data fixa: residência na origem em 31 de julho de 2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Cabe observar que, para efeitos deste trabalho, além da naturalidade do imigrante importam o volume e a incidência territorial dos fluxos migratórios, pois revelam dinâmicas a serem exploradas.

Como no caso da emigração, poucos municípios contribuem com os maiores volumes de imigrantes recebidos. Com participação superior a 1% encontram-se apenas 11 municípios, e estes registram 34,5% do total de imigrantes em 2010 (tabela 6).

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E IMIGRANTES INTERNACIONAIS, SEGUNDO PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS - BRASIL - 2010

PARTICIPAÇÃO %	MUNICÍPIOS	IMIGRANTES	% CLASSE DE IMIGRANTES NO TOTAL
>= 1,00	11	92.571	34,50
>= 0,100 a < 1,00	135	91.410	34,07
>= 0,010 a < 0,100	861	69.442	25,88
>= 0,001 a < 0,010	1.473	14.858	5,54
0	12	14	0,01
TOTAL BRASIL	2.492	268.295	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados data fixa: residência na origem em 31 de julho de 2005)

NOTAS: Elaboração do IPARDES.

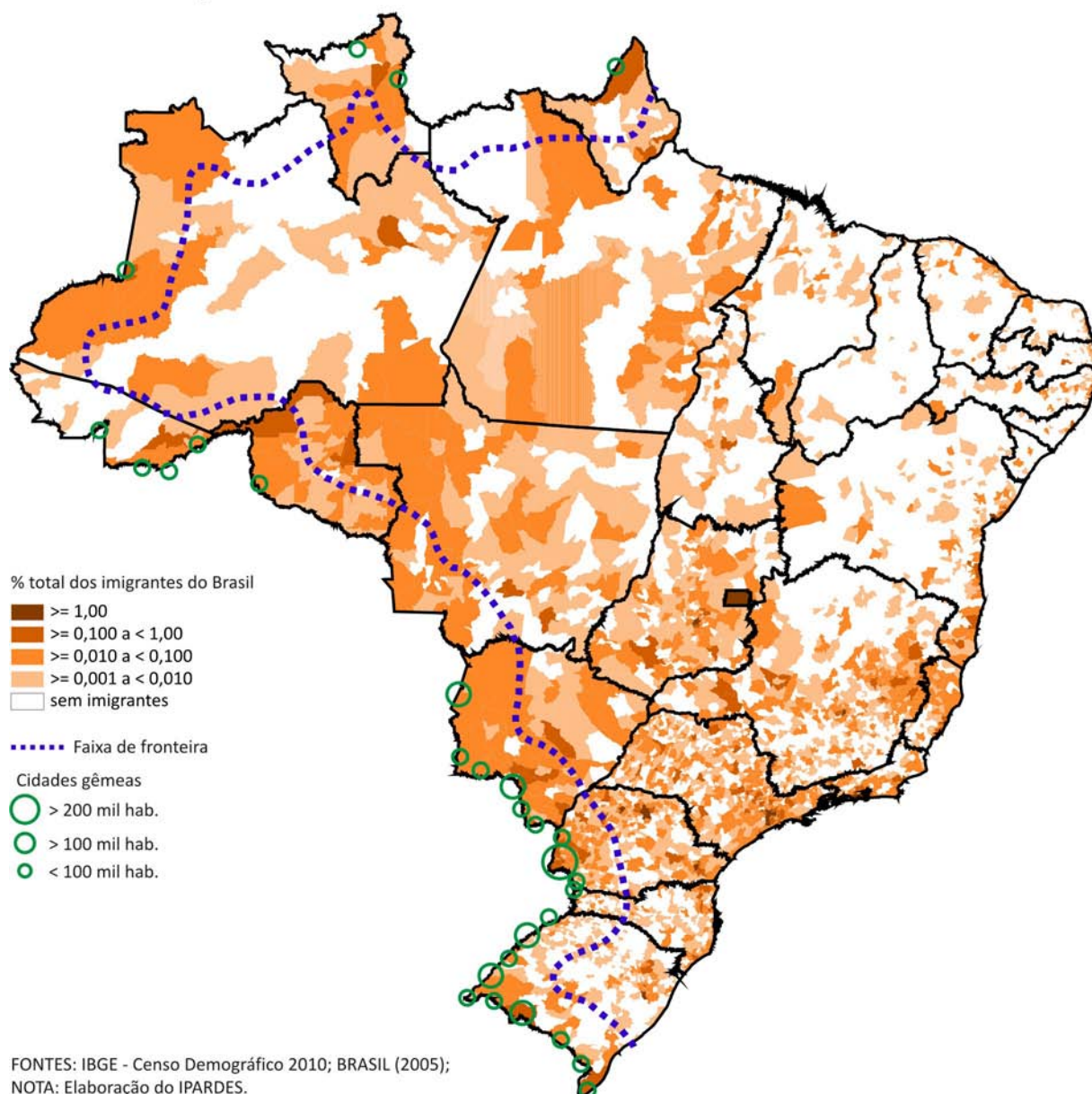
A proporção 0 corresponde à presença de 1 a <2 imigrantes.

Os principais municípios foram São Paulo, que recebeu 14,6% dos imigrantes, Rio de Janeiro (4,2%), Curitiba (2,5%), Brasília (2,4%), Goiânia (2,1%) e Belo Horizonte (2,1%), assim como, contribuindo com mais de 1% no total, Salvador, Londrina, Maringá, Porto Alegre e Foz do Iguaçu – este o único município fronteiriço nesta classe de participação. Grande parte dos municípios que compõem aglomerações transfronteiriças (cidades gêmeas, cidades pares) se encontra na classe de participação entre 0,100% e 1% (figura 5). As UFs principais de destinos dos imigrantes no Brasil em 2010 foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

São Paulo também é o município com maior número de imigrantes estrangeiros. Estes correspondem a 7,8% do total dos imigrantes estrangeiros e a 53,1% dos imigrantes recebidos internamente pelo município. Rio de Janeiro, com 2,1% do total, tem nos estrangeiros 46,2% dos imigrantes do município. Apenas Foz do Iguaçu, dentre os municípios de aglomerações transfronteiriças, está entre aqueles com participação superior a 0,5% do total de imigrantes estrangeiros, e esses imigrantes perfazem 36,9% do total recebido. Outros municípios de aglomerações transfronteiriças, como Tabatinga (93,9%), Chuí (87,5%), Sant'Ana do Livramento (71,9%) e Ponta Porã (60,5%), juntamente com Manaus

(70,4%), Lauro de Freitas - BA (78,3%) e Itai - SP (100%), participam no total de estrangeiros com mais de 0,1%, e esses perfazem mais de 50% do total de imigrantes recebidos. Outros municípios têm nos estrangeiros 100% do total dos imigrantes, porém sobre volumes ínfimos de pessoas.

FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES INTERNACIONAIS - BRASIL - 2010



As principais origens dos imigrantes para o Brasil foram a Europa (29,7%) e a América Latina (aqui consideradas as Américas do Sul e Central e o México), com a participação de 27,1% (tabela 7). Porém, entre os países contribuintes, predominam os Estados Unidos (52,1 mil imigrantes, ou 19,4% do total), Japão (41 mil ou 15,3%), Paraguai (24,6 mil ou 9,2%), Portugal (21,6 mil ou 8,1%) e Bolívia (15,6 mil ou 5,8%) – apenas esses com participação superior a 5%. Segundo o IBGE, na década anterior o Paraguai e o Japão apareciam antes dos norte-americanos, seguidos pela Argentina e Bolívia.

TABELA 7 - ORIGEM DOS IMIGRANTES E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL - BRASIL - 2010

DESTINO	IMIGRANTES	% TOTAL DE IMIGRANTES
África	7.066	2,63
América do Norte	56.793	21,17
América do Sul	67.775	25,26
América Central	2.534	0,94
América Latina	72.708	27,10
Ásia	50.808	18,94
Europa	79.628	29,68
Oceania	1.968	0,73
Ignorado	1.723	0,64
TOTAL	268.295	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados data fixa: residência na origem em 31 de julho de 2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Na América do Sul, Paraguai e Bolívia lideram os países de origem de imigrantes, totalizando 59,4% dos movimentos sul-americanos (tabela 8). A Argentina contribui com mais 11,9%. Entre os demais países, o Chile, embora não limítrofe, destaca-se com uma participação de 4%. O mapa dos fluxos principais, considerados os municípios com participação em mais de 0,100% do total dos imigrantes, reproduz o comportamento da emigração, com nítida mobilidade entre países limítrofes (figura 6).

TABELA 8 - ORIGEM DOS IMIGRANTES DOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL E PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DA IMIGRAÇÃO SUL-AMERICANA - BRASIL - 2010

DESTINO	IMIGRANTES	% TOTAL DE IMIGRANTES
Paraguai	24.610	36,31
Bolívia	15.651	23,09
Argentina	8.084	11,93
Uruguai	4.326	6,38
Peru	4.224	6,23
Colômbia	3.255	4,80
Chile	2.674	3,95
Venezuela	1.892	2,79
Guiana Francesa	1.072	1,58
Equador	815	1,20
Guiana	600	0,88
Suriname	572	0,84
América do Sul	67.775	100,00

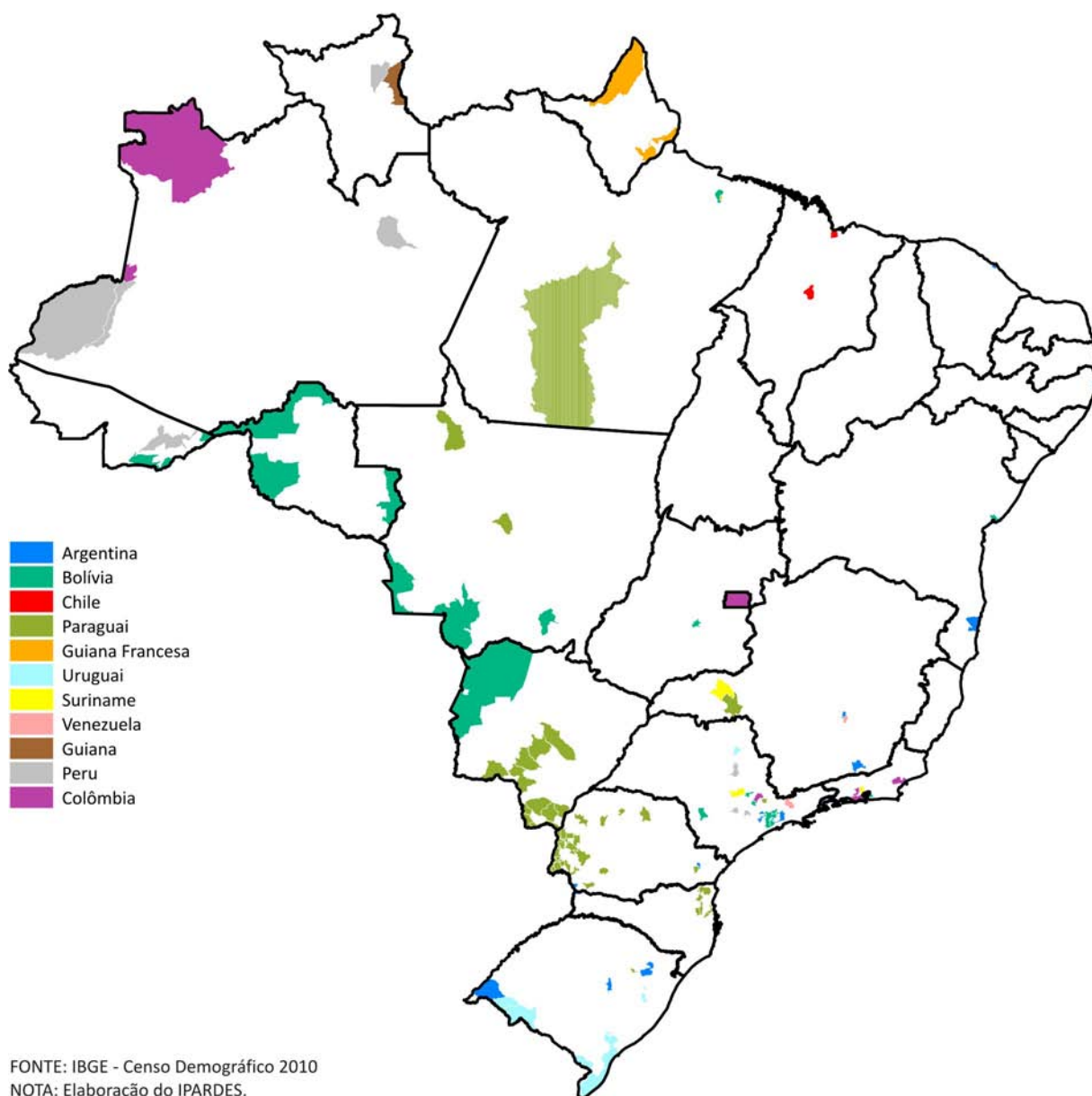
FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados data fixa: residência na origem em 31 de julho de 2005)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Os 925 municípios com imigrantes oriundos da América do Sul totalizam 67.775 pessoas em seus fluxos, das quais 36% em municípios cuja representatividade dos sul-americanos sobre o total de imigrantes ultrapassa 75% (tabela 9).

Assim como ocorre com os emigrantes internacionais, os imigrantes sul-americanos também compõem a maior proporção do total dos imigrantes nos municípios da faixa de fronteira.

FIGURA 6 - FLUXO PRINCIPAL ORIUNDO DA AMÉRICA DO SUL - MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 0,100% NO TOTAL DA IMIGRAÇÃO - BRASIL - 2010



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2010
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DA IMIGRAÇÃO PARA A AMÉRICA DO SUL NO TOTAL DOS IMIGRANTES - BRASIL - 2010

CLASSE DE PARTICIPAÇÃO %	MUNICÍPIOS	% TOTAL DE MUNICÍPIOS	IMIGRANTES PARA A AMÉRICA DO SUL	% TOTAL AMÉRICA DO SUL/TOTAL IMIGRANTES
>= 75	395	15,85	24.427	36,04
>= 50 A < 75	122	4,90	6.919	10,21
>= 25 A < 50	186	7,46	24.003	35,42
< 25	222	8,91	12.426	18,33
Sem emig. p/ a América do Sul	1.567	62,88	0	0,00
TOTAL	2.492	100,00	67.775	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados data fixa: residência na origem em 31 de julho de 2005)
 NOTA: Elaboração do IPARDES.

2 MOVIMENTOS PENDULARES

O Censo Demográfico de 2010 oferece uma importante base de dados para análise do movimento das pessoas para trabalho e/ou estudo em outro município que não o de residência. Entendidos como deslocamentos pendulares, tais movimentos não são considerados movimentos migratórios, pois não implicam mudança de domicílio de residência. Também não se restringem a fluxos diários, mas incluem aqueles com maior duração entre a partida e o retorno. O Censo registra fluxos de saída dos municípios e fluxos de entrada. No caso dos fluxos para o estrangeiro é possível registrar apenas os de saída dos municípios brasileiros.

As informações apontam que 14.803.149 pessoas realizam movimento pendular para trabalho e/ou estudo entre municípios brasileiros. Desses, 72% se deslocam para trabalho e 28% se deslocam para estudo em outro município (entre eles, há casos em que os deslocamentos incluem ambos). As pessoas que se deslocam para trabalho em outro município correspondem a 12,8% do total da população que trabalha; e entre as que trabalham no próprio município, 26,6% o fazem em seu próprio domicílio. Os que se deslocam para estudo em outro município correspondem a 7,38% do total da população que estuda.

Das pessoas que realizam movimento pendular para trabalho e/ou estudo apenas 0,4% dos que trabalham o fazem no estrangeiro, e 0,6% dos que estudam o fazem no estrangeiro. Considerando o total de fluxos, 34.975 pessoas deixam municípios brasileiros em fluxos pendulares para trabalhar no exterior; 34.335, para estudar no estrangeiro; 741 realizam no exterior ambas as atividades; e há um número de pessoas que saem para estudar em município brasileiro mas realizam atividade de trabalho no estrangeiro (tabela 10). Somando todas as saídas para o estrangeiro, têm-se 72.302 pessoas em movimento.

TABELA 10 - MOVIMENTO PENDULAR DA POPULAÇÃO - FLUXOS DE SAÍDA - BRASIL - 2010

CONDIÇÃO	PESSOAS	% TOTAL DE PESSOAS
Saída para trabalho em outro município	9.527.748	64,36
Trabalho no estrangeiro	34.975	0,24
Trabalho em vários municípios	883.890	5,97
Estudo em outro município	3.652.488	24,67
Estudo no estrangeiro	34.335	0,23
Estudo e trabalho em outro município	647.687	4,38
Estudo em outro município e trabalho no estrangeiro	269	0,00
Estudo e trabalho no estrangeiro	741	0,01
Estudo no estrangeiro e trabalho em outro município	1.719	0,01
Estudo em outro município e trabalho em vários municípios	19.034	0,13
Estudo no estrangeiro e trabalho em vários municípios	264	0,00
TOTAL estuda e/ou trabalha em outro município	14.803.149	100,00

FORNTE: IBGE - Censo Demográfico (dados da amostra)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Das 72.302 pessoas que realizam fluxos pendulares para o estrangeiro, a concentração de fluxos tem origem nos grandes centros urbanos. De São Paulo saem 14,85% desse total, 6,10% do Rio de Janeiro, e Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte também têm participação superior a 1% do total. Porém, entre os 11 municípios com essa classe de participação encontram-se os municípios fronteiriços de Foz do Iguaçu (9,10%), Sant'Ana do Livramento (3,84%), Ponta Porã (2,910%), Chuí (1,75%) e Tabatinga (1,3%), demonstrando que o mesmo padrão de mobilidade ocorre em municípios integrantes de aglomerações transfronteiriças (cidades gêmeas ou cidades pares) dos três arcos da linha de fronteira do País (figura 7). Sumarizando, esses 11 municípios respondem por 45% dos deslocamentos (tabela 11), sendo 18,9 pontos percentuais correspondentes aos municípios fronteiriços.

FIGURA 7 - MOVIMENTOS PENDULARES DE SAÍDA PARA ESTUDO E/OU TRABALHO NO ESTRANGEIRO - BRASIL - 2010

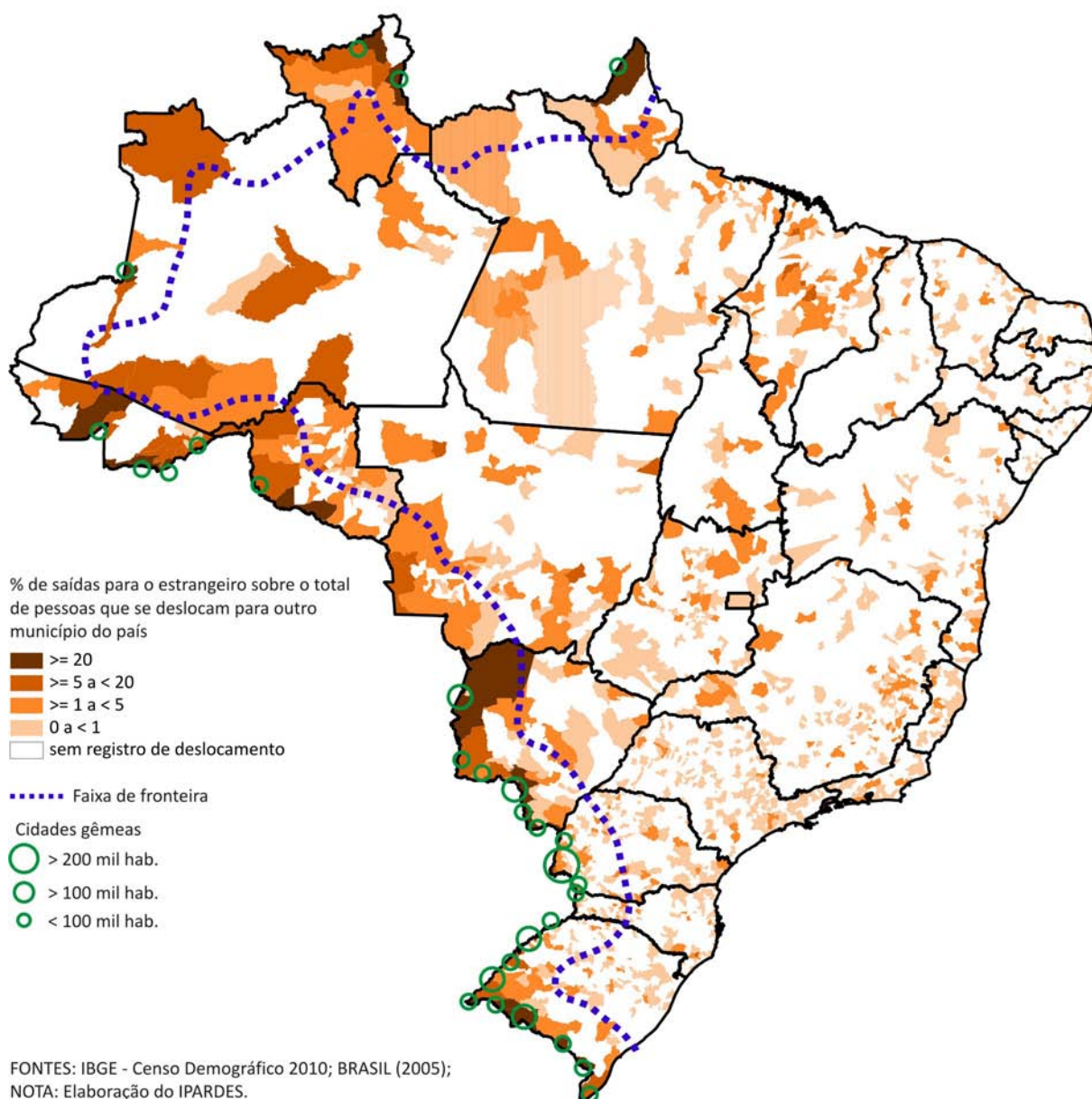


TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DE FLUXOS PENDULARES PARA TRABALHO E/OU ESTUDO NO ESTRANGEIRO - BRASIL - 2010

CLASSE	MUNICÍPIOS	PESSOAS	% TOTAL DE PESSOAS
>= 1,00	11	32.544	45,01
>= 0,100 a < 1,00	113	23.712	32,80
>= 0,010 a < 0,100	707	14.269	19,74
>= 0,001 a < 0,010	422	1.777	2,46
Sem registro de deslocamentos	4.312		
TOTAL	5.565	72.302	100,00

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados da amostra)

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Ao se analisar a proporção das pessoas que saem para o estrangeiro sobre o total de pessoas que se deslocam em movimentos pendulares, observa-se que em apenas 24 municípios ela supera os 20% do total de saídas, envolvendo 19.517 pessoas (tabela 12). A grande maioria dos municípios que realizam movimentos pendulares para o estrangeiro tem neles menos de 5% do total dos fluxos de saída.

TABELA 12 - MOVIMENTO PENDULAR DE SAÍDA PARA ESTUDO E/OU TRABALHO NO ESTRANGEIRO - BRASIL - 2010

% SAÍDAS PARA O ESTRANGEIRO/ TOTAL DE SAÍDAS ⁽¹⁾	MUNICÍPIO	PESSOAS
>= 20	24	19.517
>= 5 A < 20	44	3.930
>= 1 a < 5	350	29.582
0 a < 1	835	19.273
Sem registro de deslocamentos	4.312	0
TOTAL	5.565	72.302

FONTE: IBGE - Censo Demográfico (dados da amostra)

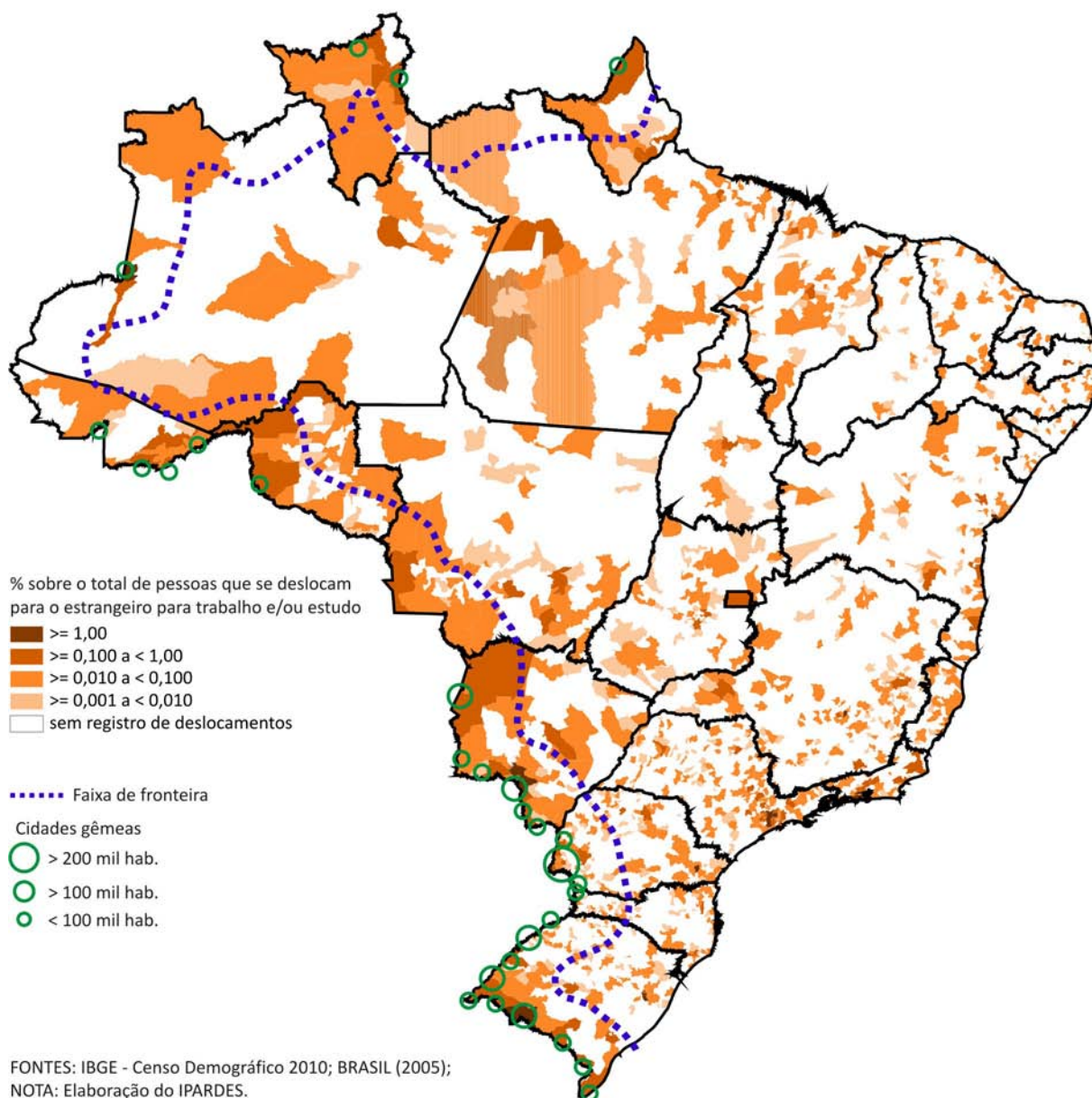
NOTA: Elaboração do IPARDES.

(1) % de saídas para o estrangeiro sobre o total de pessoas que se deslocam para outro município do País.

Os municípios onde essa participação é elevada estão inseridos na faixa de fronteira, porém são os da linha de fronteira (as aglomerações transfronteiriças, cidades gêmeas ou cidades pares) que apresentam os mais elevados percentuais (figura 8).

Da mesma forma que observado na análise dos movimentos migratórios, os deslocamentos pendulares também apontam fluxos importantes na extensão da faixa de fronteira, seja pelo volume de pessoas seja pela proporção que representam sobre o total dos fluxos. Lembra-se que não se dispõem de dados similares dos países vizinhos, e que portanto são consideradas apenas as saídas e não as entradas no Brasil. Se computadas, o volume de pessoas em trânsito seria consideravelmente superior. Particularmente nas aglomerações urbanas, eles representam a interação de pessoas no território para a realização de atividades de trabalho e/ou estudo e exigem a definição de políticas de mobilidade, assim como outras medidas que garantam o livre trânsito dessas pessoas.

FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS PENDULARES PARA TRABALHO E/OU ESTUDO NO ESTRANGEIRO - BRASIL - 2010



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações analisadas revelam que há entre o Brasil e os demais países da América do Sul um contexto de movimentos transfronteiriços, sejam migratórios sejam pendulares para trabalho e/ou estudo. Tal contexto requer que sejam concebidas e implementadas políticas adequadas às especificidades da região, particularmente no que se refere a migrações, mobilidade, educação, cultura, entre outras.

A mobilidade constatada reflete que há algum tipo de interação entre os povos fronteiriços. Os deslocamentos, com mudança de residência ou não, devem decorrer fundamentalmente de relações para trabalho e consumo, neste caso extensivo também ao acesso a funções urbanas específicas ou básicas para a vida das pessoas. Mais que atender a necessidades e demandas, implicam trocas culturais, mudanças de hábitos e padrões. No extremo, sugerem a busca pela realização de direitos que se confundem entre os lados da fronteira e muitas vezes sofrem os obstáculos de políticas de controle inadequadas. Constatada a interação entre os povos, é imprescindível que seja ampliada a cidadania para além do conceito da nacionalidade.

Os movimentos migratórios constatados na faixa de fronteira são intensos, envolvem um grande número de municípios e correspondem a uma busca preferencial pelos países limítrofes, o que sugere um exercício de interação entre os povos dessa região. Resta investigar o perfil desses migrantes e os motivos dos deslocamentos – o que os leva à saída do país e à escolha do destino. Tais informações evidenciarão a existência de atividades comuns entre os países (econômicas, funcionais, sociais), as redes sociais existentes, as principais rotas de mobilidade e, com isso, orientariam a formulação de políticas adequadas a essa situação tão peculiar que caracteriza a região transfronteiriça. Ressalta-se que qualquer informação sobre movimento migratório pode corresponder a um número subestimado, em face de omissões por parte de familiares temerosos diante de situações em irregularidade – fato que também remete à necessidade de políticas públicas de acolhimento.

No caso das migrações, deve-se efetivar o acolhimento, a documentação, a inserção social dos que migram; garantir dignidade a pessoas com pouca representatividade social. Além de políticas de acolhimento, deve-se romper o silêncio, o medo, a vulnerabilidade, o espectro do “irregular” que acompanha muitos dos movimentos migratórios e mesmo os deslocamentos pendulares nessas porções do território.

No caso da mobilidade pendular, além da importância dos fluxos na extensão da faixa de fronteira, e particularmente nas aglomerações urbanas transfronteiriças (cidades gêmeas ou cidades pares), confirmando relações de interação no território, a necessidade de medidas que se traduzem em políticas públicas e pesquisas comuns se torna nítida. Funções públicas de interesse comum têm que ser pensadas e realizadas conjuntamente e cooperadamente entre os países, como aquelas referentes à realização de atividades de trabalho e/ou estudo, medidas nos deslocamentos pendulares, ou para o exercício de atividades de outra ordem, como consumo, lazer, entre outras. Exigem a definição de políticas de mobilidade, assistência ao trabalho, entre outras medidas que garantam o livre trânsito dessas pessoas. Outra necessidade é preencher a lacuna de informações compatíveis entre os países. No momento, é extrema a dificuldade de obtenção de informações nos órgãos de pesquisa e estatística dos países vizinhos, e, quando existentes, muitas vezes são incomparáveis por questões de ordem metodológica.

Muitos estudos mostram que as áreas fronteiriças podem funcionar como espaços de criação de possibilidades de desenvolvimento. São áreas de transição, contato, articulação, com especial vivacidade e dinamismo próprio. As cidades contíguas que se estendem entre países e exercem, muitas vezes, atividades econômicas similares e funções urbanas complementares poderiam dar origem a

estruturas bi/trinacionais com articulação produtiva e transformação territorial (CICCOLELLA, 1997; OLIVEIRA, KOCH, BARCELLOS, 1999). Entretanto, contrapondo-se ao espaço único de ocupação, prevalecem ainda tensões históricas fronteiriças e, mais que tudo, assimetria entre as partes, levando a quadros de expressiva desigualdade.

A fronteira é ainda uma linha imaginária que dificulta o cotidiano dos que nela vivem. Tal compreensão reforça a importância da presença do Estado no planejamento e gestão desses espaços, a partir da ciência de suas particularidades, de modo a desconstruir a noção de um mosaico de pedaços de países independentes que se avizinham e formular políticas efetivamente integradoras. Políticas que enfrentem as restrições à mobilidade dos fatores de produção e das pessoas e a consequente dificuldade que isso impõe à concretização de um espaço social e econômico peculiar. Romper fronteiras e limites significa a abertura para fluxos que não só aproximam pessoas e lugares como ampliam possibilidades de sua inserção numa mesma dinâmica. E, com isso, assumir a diversidade, a multiculturalidade presente nessas regiões; criar lugares de convivência (não apenas de passagem), assentamentos solidários, territórios livres.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CICCOLELLA, P. J. Redefinición de fronteras, territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques. In: CASTELLO, I. R. et al. (Org.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS : FEE, 1997. p. 55-67.

IBGE. Comunicação Social. **Censo 2010**: mais da metade dos emigrantes brasileiros são mulheres. Rio de Janeiro, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1> Acesso em: 30 jul. 2012.

IBGE. Comunicação Social. **Censo 2010**: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. Rio de Janeiro, 27 abr. 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1>. Acesso em: 30 jul. 2012.

OLIVEIRA, N.; KOCH, M. R.; BARCELLOS, T. M. A fronteira Oeste do RS na perspectiva da integração latino-americana. In: IMPACTOS sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: FEE, 1999. p.147-172.

OLIVEIRA, T. C. M. de O. A lógica espacial do território fronteiriço – os casos das aglomerações de Ponta Porã - Pedro Juan Caballero e Ladário-Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suarez. In: SEBRAE (Org.). **Mato Grosso do Sul sem fronteiras: características e interações territoriais**. Campo Grande: SEBRAE, 2010. p. 239-255.